

NE300 Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e relatório do auditor independente.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
NE300 Participações S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NE300 Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NE300 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 31 de março de 2022, sem modificação.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 10 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7

Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

NE300 Participações S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	34	969	Contas a pagar a empresa ligada	16 (c)	26	7
Dividendos a receber	16 (b)	320	102	Tributos a pagar		7	6
Tributos a recuperar	6.5	403	1.234				
Total do ativo circulante		757	2.305	Total do passivo circulante		33	13
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Tributos a pagar	11	9.462	9.128
Depósitos judiciais	8	10.442	10.059	Provisão para contingências	12	324	308
Contas a receber	9	465	599				
Outros ativos		58	58	Total do passivo não circulante		9.786	9.436
Total do realizável a longo prazo		10.965	10.716	Patrimônio líquido	13		
Investimentos	10	29.671	26.831	Capital social		37.272	37.272
Total do ativo não circulante		40.636	37.547	Prejuízos acumulados		(5.698)	(6.869)
Total do ativo		41.393	39.852	Total do patrimônio líquido		31.574	30.403
				Total do passivo e patrimônio líquido		41.393	39.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Resultado da equivalência patrimonial	10.2	1.129	(4.705)
Ganhos de participação em investimento	10.2	<u>582</u>	<u>2.000</u>
		1.711	(2.705)
Despesas administrativas	14	(666)	(500)
Outras receitas		<u>-</u>	<u>9</u>
Lucro (prejuízo) operacional		1.045	(3.196)
Receitas financeiras		141	60
Despesas financeiras		<u>(15)</u>	<u>(9)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>1.171</u>	<u>(3.145)</u>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		<u>37.272</u>	<u>37.272</u>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações do capital social no fim do exercício – R\$		<u>31,42</u>	<u>(84,38)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>1.171</u>	<u>(3.145)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>1.171</u></u>	<u><u>(3.145)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.272	(3.724)	33.548
Prejuízo do exercício	-	(3.145)	(3.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.272	(6.869)	30.403
Lucro líquido do exercício	-	1.171	1.171
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.272	(5.698)	31.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.171	(3.145)
<i>Ajustes:</i>			
Resultado da equivalência patrimonial	10.2	(1.129)	4.705
Ganhos de participação em investimento	10.2	(582)	(2.000)
Juros sobre tributos a recuperar e depósitos judiciais		(113)	(45)
 Variações nos ativos e passivos			
Tributos a recuperar		911	(2)
Depósitos judiciais		-	24
Contas a pagar a empresa ligada		19	1
Tributos a pagar		<u>1</u>	<u>1</u>
 Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		278	(461)
 Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Integralização de capital em coligadas	10.2	(4.245)	(2.979)
Recebimento por redução de capital de coligadas		134	469
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		<u>2.898</u>	<u>3.577</u>
 Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(1.213)	1.067
 Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(935)	606
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>969</u>	<u>363</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u><u>34</u></u>	<u><u>969</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NE300 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e sediada em Recife, e tem como objeto social a participação societária em outras sociedades e empreendimentos empresariais, assim como o investimento, a administração e a locação de bens móveis e imóveis.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 10 de maio de 2023.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 12:** provisões para riscos tributários – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4.2 Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Receitas e despesas financeiras

A receita e despesa financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras referem-se substancialmente a rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre tributos a recuperar e depósitos judiciais.

6.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas gerais referem-se principalmente a gastos compartilhados relativos à parcela do uso da infraestrutura administrativa mantida pelo Grupo JCPM (Nota 16), além de outras despesas necessárias para a condução das atividades da Companhia e estão registradas pelo regime de competência.

6.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente, quando aplicável, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

6.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6.5 Tributos a recuperar

São mensurados pelo custo, atualizados monetariamente pela taxa SELIC, conforme previsto na legislação vigente, e não excedem ao valor esperado de realização. Referem-se a tributos recolhidos durante o exercício, os quais serão motivo de ressarcimento ou compensação com outros tributos federais devidos pela Companhia.

6.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo ou do valor questionado judicialmente. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão, esses depósitos são apresentados ao custo no ativo não circulante e atualizados monetariamente.

6.7 Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

6.8 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.9 Provisão para contingências

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

6.10 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como “ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, representados unicamente por principal e juros, não cotados em um mercado ativo, e estão apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). As receitas com juros provenientes destes ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Esses ativos compreendem as aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais, contas a receber e outros ativos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos – conta corrente	34	267
Aplicações financeiras (a)	-	702
	<u>34</u>	<u>969</u>

- (a) Em 2021, as aplicações em renda fixa referem-se a certificados de depósitos bancários e quotas em fundos de investimento, os quais possuem liquidez imediata e têm remuneração atrelada à variação dos certificados de depósito interfinanceiro - CDI.

8 Depósitos judiciais

Tendo em vista o questionamento quanto à legalidade e à constitucionalidade da cobrança de determinados tributos, e como consequência de questões trabalhistas, a Companhia ajuizou ações e efetuou depósitos em juízo dos valores questionados. Tais depósitos são correspondidos por provisão para contingências, nos casos em que as perdas são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia (Nota 12), ou por tributos a pagar, no passivo não circulante (Nota 11).

	2022	2021
PIS e COFINS – alargamento da base de cálculo	9.779	9.432
Causas tributárias	563	531
Causas trabalhistas	100	96
	<u>10.442</u>	<u>10.059</u>

9 Contas a receber

Em janeiro de 2019, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital social com cancelamento das ações preferenciais detidas pela Companhia nas antes investidas Cyrela JCPM Empreendimento Imobiliário SPE S.A., no valor de R\$ 10.990, e VMSS Empreendimento Imobiliário S.A., no valor de R\$ 4.921, mediante devolução do valor dessas ações à Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, ainda havia saldo a receber da Cyrela JCPM Empreendimento Imobiliário SPE S.A, no valor de R\$ 465 (2021 - R\$ 599).

10 Investimentos em coligadas

10.1 Informações sobre investimento em coligadas

	Participação %		Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Patrimônio líquido		Investimento	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Coligadas								
Editora Jornal do Commercio Ltda.	37,86	38,38	(1.571)	(13.997)	15.426	10.397	5.840	3.990
TV e Rádio Jornal do Commercio Ltda.	29,22	30,00	(4.731)	(5.317)	23.112	21.018	6.755	6.306
Rádio JC FM Ltda.	18,98	16,93	(1.436)	(91)	1.413	49	268	8
JCPM Trade Center S.A.	32,04	32,04	9.756	7.431	49.066	48.008	15.721	15.382
Salvador Shopping S.A.	0,28	0,28	98.092	66.129	393.095	414.066	1.087	1.145
							<u>29.671</u>	<u>26.831</u>

As participações mantidas em coligadas são representadas por ações ordinárias, no caso de sociedades por ações, e por quotas representativas do capital das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

10.2 Movimentação dos investimentos em coligadas

Coligadas – 2022	Saldo inicial	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Ganho (perda) de participação (a)	Dividendos e juros sobre capital próprio	Saldo final
Editora Jornal do Commercio Ltda.	3.990	1.969	(604)	485	-	5.840
TV e Rádio Jornal do Commercio Ltda.	6.306	1.717	(1.423)	155	-	6.755
Rádio JC FM Ltda.	8	559	(241)	(58)	-	268
JCPM Trade Center S.A.	15.382	-	3.126	-	(2.787)	15.721
Salvador Shopping S.A.	1.145	-	271	-	(329)	1.087
Total coligadas – 2022	26.831	4.245	1.129	582	(3.116)	29.671
Total coligadas – 2021	30.031	2.979	(4.705)	2.000	(3.474)	26.831

- (a) Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovada através da 6ª Alteração Contratual da coligada Editora Jornal do Commercio Ltda. e 26ª Alteração Contratual da coligada TV e Rádio Jornal do Commercio Ltda. aumento de capital de forma desproporcional entre os quotistas, quando a Companhia reduziu suas participações nessas investidas, respectivamente, de 38,38% para 37,86% e de 30,00% para 29,22%. Em decorrência dos prejuízos acumulados nesta data, essas diluições resultaram em ganho para a Companhia. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia também reduziu sua participação na investida Editora Jornal do Commercio Ltda de 40,59% para 38,38%, tendo também reconhecido ganho, no valor de R\$ 2.000, pela redução de participação nos prejuízos acumulados naquela data.

Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovada através da 8ª Alteração Contratual da coligada Rádio JC FM Ltda. o aumento de capital de forma desproporcional entre os quotistas, quando a Companhia aumentou sua participação nessa investida de 16,93% para 18,98%. Em decorrência dos prejuízos acumulados nesta data, esse acréscimo resultou em perda para a Companhia.

11 Tributos a pagar - Passivo não circulante

Referem-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, questionados judicialmente, atualizados monetariamente pela taxa SELIC e correspondidos por depósitos judiciais (Nota 8), registrados no ativo não circulante.

12 Provisão para contingências

	2022	2021
Tributárias	324	308
	<u>324</u>	<u>308</u>

Referem-se à constituição de provisões para as perdas consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está representado por 37.271.488 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

Quando aplicável, a reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Distribuição de dividendos

Quando aplicável, aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 12% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto da Companhia autoriza previamente a distribuição de dividendos conforme o proposto pela administração.

14 Despesas administrativas

	2022	2021
Compartilhamento da estrutura do Grupo (Nota 16)	(222)	(60)
Serviços prestados	(153)	(150)
Aluguel de imóveis	(153)	(149)
Pró-labore	(86)	(72)
Publicações	(1)	(42)
Outras	(51)	(27)
	<u>(666)</u>	<u>(500)</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social foram calculados com base no lucro real, entretanto não foram apuradas bases positivas para esses tributos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía, em seus registros fiscais, prejuízos a compensar relacionados ao imposto de renda no montante de R\$ 3.181 (2021 – R\$ 2.721) e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 3.181 (2021 – R\$ 2.721), ambos não reconhecidos contabilmente em função da incerteza da necessidade de utilização desses créditos nos próximos exercícios.

16 Saldos e transações com partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração está representado pelos diretores, cuja remuneração anual paga ou provisionada corresponde ao pró-labore e aos salários e encargos, no montante de R\$ 99 (2021 - R\$ 84). Os salários e encargos são atribuídos a companhia por meio de compartilhamento de despesas.

b) Dividendos a receber

	2022	2021
JCPM Trade Center S.A.	<u>320</u>	<u>102</u>
Total	<u>320</u>	<u>102</u>

c) Contas a receber com partes relacionadas

A Companhia é parte integrante de um grupo de empresas, denominado Grupo JCPM, que atua de forma integrada e os benefícios das estruturas operacional e administrativa são atribuídos a cada empresa, segundo a razoabilidade das suas operações (Nota 14).

As contas a pagar a empresa ligada, JCPM Shopping S.A., no valor de R\$ 26 (2021 – R\$ 7), referem-se à parcela em aberto que cabe à Companhia no compartilhamento das estruturas operacional e administrativa do grupo econômico no qual está inserido.

* * *